

DIARIO DE PERNAMBUCO.

Subscreve-se mensalmente a 640 reis, adiantados, na Tipografia do Diario, pateo da Matriz de S. Antonio sobrado da porta larga onde se recebem correspondencias, e annuncios; estes insirem-se gratis sendo dos proprios assignantes somente e vindo assignados.

Tudo agora depende de nós mesmos, da nossa prudencia, moderação, e energia: continuemos como principiamos e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brazil.

Impresso em Pernambuco por Joze Victorino de Abreu.

DIAS DA SEMANA.

- 2.^a-S. *Guilherme*-A. dos J.^{os} do C. de m., e de t., Ses. da Thez. P., e Ch. det.-P. as 5 h. 18 m. da m.
3.^a-S. *Zefirino*-Rel.^{am} de m., e aud. do J. dos Orfãos de t. P. as 6 h. 6 m. da m.
4.^a-S. *Eulalia*-Ses. da Thezouraria Publica. Pr. as 6 h. 54 m. da m.
5.^a-S. *Gregorio*-Rel.^{am} de m., Aud. dos J.^{os} do Civ. de m. e de t., e Ch. Pr. as 7 h. 42 m. da m.
6.^a-S. *Ciro*-Ses. da Thez. P. de m. e Aud. do J. de Orfãos de t. Pr. as 8 h. 30 m. da m.
Sabbado-S. *Moyses*-Rl.^{am} de m. e aud. do Vig. G. de t. Preamar as 9 h. 18 m. da m.
Dom.^o-S. *Appolonia*-Preamar as 10 h. 6 minutos da m.

RIO DE JANEIRO.

Ministerio da Guerra.

ILLM. e Exm. Senhor—Tendo o Governo, não obstante as terminantes e positivas disposições do Art. 147 da Constituição do Imperio, Consentido que se instalasse na Corte huma Sociedade Militar com os fins apparentes de beneficencia reciproca entre os seus membros, e de sustentar as Instituições Politicas, e a disciplina do Exercito; mas não tendo a mesma Sociedade correspondido á expectação Publica, sendo aliás motivo de alarme, e de susto para os habitantes pacificos da Capital do Imperio, que designão semelhante aggregado de Cidadãos pertencentes ao Exercito como hostil ás Liberdades Patrias, por isso que alguns de seus membros aberrando dos principios da honra apresentão e sustentão sem reboço opiniões reprovadas pela Nação na Gloriosa Revolução de 7 de Abril de 1831: cumpre ao Governo como Guarda da segurança e tranquillidade Publica, chamar á Ordem aquelles Cidadãos, que menos reflexivos incommodão a Nação, e concorrem para a desordem. Pelo que A Regencia em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II., não Querendo nem mais hum momento que se deixem de observar pontual, e estrictamente as sabias disposições do citado Art. 147 da Constituição; Ordena que V. Exc. faça hoje mesmo publicar na Ordem do Dia, que nenhum Official da 1.^a ou da extincta 2.^a Linha do Exercito; e mesmo das Ordenanças faça parte da mencionada Sociedade Militar, e á ella pertença, sob pena de serem castigados exemplarmnte como desobedientes, e infractores da disciplina militar, tendo V. Exc. todo o cuidado na pontual observancia desta ordem.

Deos Guarde a V. Exc. Paço em 7 de Dezembro de 1833—Antero Joze Ferreira de Brito—Snr. Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Ministerio da Justiça.

Julgando-se os Juizes de Paz do Termo de Maricá, que formão a respectiva Junta de Paz, com direito a perceberem emolumentos pelos actos praticados em Junta, do mesmo modo que percebem os Juizes de Paz pelo que praticão individualmente; bem como os emolumentos de caminho e estrada, que deverão ser pagos pelas partes vencidas, sobre que pedem esclarecimentos em seu Officio datado da Freguezia de Saquarema em 8 do mez antecedente: Manda a Regencia em Nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça, responder-lhes que os Juizes de Paz percebem os emolumentos marcados nas Leis pelos actos que praticarem, por que assim está expressamente determinado no artigo 49 doCodigo do Processo Criminal; e as Juntas de Paz não percebem por que nenhuma Lei lhos tem concedido, e que os emolumentos de caminho e estrada não são devidos aos Juizes de Paz, quando sahem dos seus Districtos, para hirem formar as Juntas, por que o Regimento de 10 de Outubro de 1754, os não dá aos Juizes pelas diligencias, a que vão, fora da terra, em razão de seu Officio, e não a requerimento de parte.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1833—*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.*

— Sendo presente á Regencia em Nome do Imperador com o Officio que V. Exc. me dirigio em data de 16 do mez antecedente, os papeis relativos á desintelligencia e conflicto de Jurisdicção que tem havido entre os Juizes de Paz e Municipal da Villa de Macaé, por ter este, na qualidade de Juiz de Direito interino da dita Villa, despronunciado e mandado dar baixa na culpa que aquelle havia formado aos Vereadores da respectiva Camara Municipal, cujo despacho não quiz cumprir, sobre que V. Exc. pede ser esclarecido; E conformando-se a mesma Regencia com o voto do Conselheiro do Governo, o Padre Cypriano Lopes de Arrochela: Manda declarar a V. Exc. que o Juiz de Direito não tem jurisdicção e authoridade para conhecer e julgar das pronúncias decretadas pelo Juiz de Paz; não se entendendo a disposição do artigo 294 doCodigo do Processo Criminal á mais que aos casos especiaes e restrictos de que tracta; e não podendo o Juiz de Direito, por meio de recursos, á que o dito artigo dá lugar, conhecer em caso de pronúncia do Juiz de Paz, se não do que pertence a ser ou não o pronunciado obrigado a prisão; pois que o indiciado, á quem o Juiz de Paz formar culpa e pronunciar, nos termos dos artigos 134 e seguintes doCodigo Criminal, ou seja por crime de responsabilidade, ou seja por qualquer outro publico, ou particular, esteja ou não preso em virtude da pronúncia, ou do recurso do sobredito artigo 294, só poderá ser despronunciado pelo Jury, na conformidade dos artigos 173, 174, 242 e seguintes do mesmoCodigo do Processo; tendo por tanto procedido legalmente o Juiz

de Paz da Villa de Maceió em não cumprir o despacho da despronuncia do respectivo Juiz de Direito.

Deos Guarde a V. Exc. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Novembro de 1833—*Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*—Snr. Presidente da Provincia das Alagoas.

CAMARA MUNICIPAL.

51.ª Sessão Ordinaria de 20 de Dezembro de 1833.

PRESIDENCIA DO SNR. DOUTOR MAVIGNIER.

COMPAREM os Senhores Camello, Souza, Gusmão, e Oliveira, faltando com cauza os Senhores Doutor Perrgrino Maciel, Silva, Esteves, e Costa.

Aberta a sessão e lida a acta da antecedente foi sancionada por estar conforme.

O Secretario dando parte do expediente mencionou hum officio do Collector da Decima deste Bairro pedindo que se lhe mandasse pagar o que a Camara está devendo da decima dos predios que possui este Bairro, desde o 2.º semestre de 1832 ao fim do corrente anno de 1833 importando na quantia de 381:645 reis que se passasse mandado para ser pago.

Outro do Juiz de Paz do 5.º Districto de Bem fica sobre objectos tendentes a Guardas Nacionais: addido.

Outro do Juiz de Paz do 5.º Districto das 5 Pontas com a nota que se lhe havia pedido acerca dos Inspectores de Quarteirões e Escrivão do Juizo: á commissão respectiva.

Outro do Advogado Francisco de Paula Gomes dos Santos escuzando-se de tomar assento no Conselho Geral, que ante o mesmo he que devia dar demissão que por tanto a elle se dirigisse.

Outro da mesma natureza, de Joaquim Antonio Pereira de Carvalho: a mesma decisão.

Outro do Doutor Fermino Pereira Monteiro participando ter outra vez tomado conta da vara de Juiz Municipal: inteirada.

Mandou-se passar mandado para pagar-se ao Fiscal deste Bairro a quantia de 3\$360 reis que gastou com o enterramento de 1 boi, e 2 cadaveres.

Despaxarão-se alguns requerimentos e por ser dada a hora levantou-se a sessão. Joze Tavares Gomes da Foncea Secretario a escreveo. Doutor Mavignier, Pro Presidente—Gusmão—Oliveira—Souza—Camello.

*Annos de guerra, em França, no espaço dos 5 ultimos seculos. Art. trad. por * * **

No 14.º seculo houve 43 annos de guerras; 5 de guerra civil; 13 de guerra externo; 25 de guerra no territorio Francez.

Houve 14 grandes batalhas, entre outras a de Coxtray, em que os Flamengos fiserão tropheo de quatro mil pares de esporas de Cavalleiros Francezes; e a de Poitiers, que custou a Liberdade ao Rei de França.

Pode julgar-se de todos os males, que devião arrastar semelhantes guerras, em que por huma batalha formal se davão cincoenta, ou sessenta combates cada qual mais sanguinario, por isso que era desconhecido o uzo das armas de fogo, sabendo-se que se combatia corpo a corpo, e que o guerreiro ferido mais gravemente, morria infallivelmente á mingoa de socorro, excepto se era de condição mais distincta.

No 15.º seculos contão-se 71 annos de guerra: 13 de guerra civil; 43 de guerra sobre o territorio da França; 15 somente em que a guerra foi feita aos estrangeiros.

Houve 11 grandes batalhas, entre as quaes são notaveis as de Azincourt, de Castillon, e de Monlhery.

No 16.º seculo contão-se 85 annos de guerra: 44 de guerra exterior; 8 de guerra sobre o territorio da França; 33 de guerra civil e religiosa.

Ouve 27 batalhas campaes: entre ellas notão-se 11 em que os Francezes animados pelo espirito de partido, e sobre tudo pelo fanatismo religioso, baterão-se, e despedaçarão-se entre si.

No 17.º seculo contão-se 69 annos de guerra: 6 de guerra religiosa; 11 de guerra civil; 52 de guerra levada ao exterior.

Contão-se neste seculo 39 batalhas campaes.

Na 18.º seculo contão-se 51 annos de guerra exterior; 1 de guerra religiosa; 6 de guerra civil. Ao todo 58 annos de guerra, e 93 batalhas.

Assim no espaço de 5 seculos achão-se 35 annos de guerra civil; 40 de guerra religiosa; 76 de guerra no territorio da França; 175 de guerra no exterior.

Total—326 annos de guerra nos ultimos 5 seculos, e 184 batalhas campaes.

(Do Correio Official.)

REPUBLICA DO MEXICO.

AS noticias do Mexico não são de natureza pacifica. A *Constitucional* traz o extracto seguinte de uma carta de 23 de Junho, relativo ao ultimo movimento insurreccional que ali houve contra o Governo do General Santa Anna:

Os chefes rebeldes forão abandonados pela maior parte das tropas, que os tinham seguido, e logo que o General Santa Anna chegou a esta Cidade, as Camaras lhe concederão poderes extraordinarios, depois de terem publicado em 22 deste mez, hum Decreto para expulsar da Republica durante 6 annos, cincoenta e dous individuos dos mais ricos, e influentes no paiz. Hespanhoes, e Mexicanos, que forão considerados, como autores, ou cúmplices do ultimo movimento, que houve; tal he ao menos o pretexto, que se apresenta para justificar huma medida tão arbitraria, e que certamente não he propria para restabelecer a confiança neste paiz.

Foi concedido aos desterrados o praso de quatro dias para sahirem da Capital, e tracta-se da questão tanto aqui, como nos diversos estados da Republica, da expulsão geral de todo o resto dos Hespanhoes.

— Lê-se no *Courrier des Etats Unis* o seguinte:

O estado politico do Mexico, posto que longe de estar tranquillo, offerece a esperanza de huma prompta volta á ordem constitucional. A tentativa mais importante dos revoltosos, o cerco de Puebla, cahio completamente; hum supplemento do *Messenger*, de 12 de Julho, nos noticia, que depois de esforços inuteis, e perdas consideraveis, os sustentaculos da religião fugirão na noite de 7 e se dirigirão para a parte da vanguarda de Santa Anna, que avancava pela estrada de Mexico ao Perote, á testa de hum Exercito de 2,500 homens.

Montezuma, depois de ter derrotado completamente os revoltosos de Matamouros, marchou pelo lado do Corpo de Aviste, e em 10 estava em Tula de Tamaulipas, á testa de 2,500 homens. e 6 peças de Artilhe-

ria, operando contra o resto dos rebeldes da Cidade de Victoria e Matamouros.

As ultimas datas, parece que Santa Anna estava em Avoyo-Zarco, e que o General Valencia, depois de ter obrigado os corpos consideraveis dos rebeldes, que occupavão Cuenavaca, a evacuar esta Cidade, teve ordem de os perseguir com toda a força, e constrange-los a renderem-se a discreção.

Huma carta de Campeche de 27 de Julho diz :

« A cholera faz estragos tão espantosos, que o Estado de Yucatan está quase despovoado, e ha Cidades aonde não ficarão 10 habitantes. »

A mesma carta diz, que he impossivel chegar até a Cidade de Mexico, por que o facho da guerra civil tornou a arder com tanto furor, que a Republica não he mais que hum vasto campo de batalha.

Diz-se, que hum Imperador do Japão, no seculo passado, se matára a si mesmo pelas immoderadas risadas, que deu, ouvindo dizer, que os Hollandezes erão governado sem Rei.

— A *Não Britânica Waterloo* de 120 peças, tem 205 $\frac{1}{2}$ pé de comprimento. A *Fragata Turca*, de 74 peças, começada por M. Eckford, tem 220 pés de comprimento. A *Não Delaware*, dos Estados Unidos, tem 210; e a *Pensylvania*, que se está construindo no Arsenal de Philadelphia, tem para mais de 230-pés.
(Do *Jornal do Commercio*.)

EDITAL.

Patricio Joze Borge. Juiz de Paz do 2.º Districto da Santa Cruz da Freguezia da Boa-vista termo da Cidade do Recife de Pernambuco &c.

FAo saber aos habitantes deste Districto, que de ordem do Exm. Snr. Vice Presidente da Provincia, ninguém pode vender polvora, chumbo caxofre, e salitre e nem continuar no fabrico de polvora ainda mesmo aquelles que obtiverão licença da Illustrissima Camara Municipal em quanto existir a luta dos faciosos de Jacoipe e Panellas: por tanto aquelle que transgredir aprezenete ordem, sera com todo o rigor da Lei processado, e punido como desobediente; e para que chegue a noticia de todos mandei lavrar o prezente por mim assignado, e mandado afixar nos lugares do costume, e publicalo pela imprensa. Boa-vista 7 de Fevereiro de 1834 eu Antonio da Silva Pereira de Mello Escrivão o escrevi.

CORRESPONDENCIA.

Snr. Redactor.

Rocio-lhe a bondade de publicar a prezente, pela qual rogo ao Snr. Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d'Albuquerque, que para eu acudir satisfatoriamente a notificação, e evitar talvez a comminação, que me fez, e impoz na carta publicada no Diario de 2 do corrente Janeiro, haja de declarar quantas, e quaes as Camaras da Provincia da Parahiba, que representarão contra o Presidente da mesma Provincia o Snr. Antonio Joaquim de Mello, como diz o mesmo Snr. Doutor em sua carta em *Supplemento* ao Diario N. 273, bem como os pontos sobre que essas Representações rolarão: e outro sim, que faça publicar a integra da Resolução da Augusta Camara dos Snrs. Deputados de 5 de Julho, que aponta em sua Petição de Denuncia inserta no mesmo *Suplemento*; pois que nenhum conhecimento tenho destas duas tão importantes circumstancias das quaes o Snr. Peixoto alias está inteirado.

e ellas muito relevão, segundo a polemica interessante entre nós encetada. Espero, que o mesmo Snr. me não negue estes justos meios de defeza, e ao mesmo tempo de verificar as suas vagas asserções. Sou
De Vm. reverente criado.

C....

Noticia ao Publico.

Foi instaurada a Villa de Itamaracá na Povoação de N. S. do Pillar, cuja Camara Municipal he composta dos Benemeritos Cidadãos seguintes :

Presidente o Snr. Doutor Joze Francisco Maciel Monteiro.

Vereadores os Snrs.

Tenente Coronel Francisco Honório Bizarra de Menezes.

Tenente Joze Moreira da Costa.

Capitão Joze Cordeiro Falcão.

Alferees Fernando da Silveira Cadoso.

Reverendo João dos Santos Fragozo.

Dito Pedro Marinho Falcão.

Cumpré que o Snr. Presidente desta Illustre corporação a convoque quanto antes para dar principio a seus trabalhos, que são de muita ponderação, e urgencia, visto achar-se a nova Villa sem as autoridades que a Lei exige para manutenção do Publico.

VARIEDADE.

Passando em um destes dias por certa rua, vi um Snr. Capitão que mais me parecia da pacata, do que de linha, chamar a um Soldado, e lhe passar uma reprehensão por aquelle o não ter cortejado, e quanto mais o mesmo Soldado se desculpava dizendo que o não tinha visto, elle mais se embravecia, e revestido de toda a sua coragem disse—deixa-te estar que te hei de arranjar—e serão taes expressões dignas de um Militar brioso, e cortez, para com os seus subditos?

ANUNCIO.

O Diario d'Administração n.º 33, e que hoje se publica, contem uma exacta narração de todos os acontecimentos que tiveram lugar nesta Cidade nos dias 14, 15, 16, e 17 do mez passado; por quanto no mesmo Diario se lê a ultima Acta do Conselho do Governo que acabou, e a primeira do que está servindo; assim como todas as representações, com as competentes Assignaturas, e officios que a tal respeito houveram. Vende-se cada numero a 160 reis na Praça da União loja de livros do Snr. Figueroa n.º 37, e 38.

Avisos do Correio.

A Sumaca Carlota de que he Mestre Joze Joaquim Alves sai para o Aracati no dia (17) do corrente.

☞ O Correio Terrestre d'Agoa Preta parte hoje (10) ao meio dia.

☞ O Correio Terrestre da Parahiba parte hoje (10) ao meio dia.

☞ O Brigue Nacional Importador recebe a mala para o Porto hoje (10) as 5 horas da tarde.

Atendas.

UMa porção de orinós brancos e pintados: na rua por de detraz da Matriz da Boa-vista primeira casa nova do lado esquerdo.

☞ Um preto de 28 annos, canoeiro e bonita fi-

gura : na rua da Moeda casa do Mesquita de manhã até as 8 horas, de tarde das 3 em diante.

☞ Um moleque de 10 annos sem vicio, e por preço commodo : na pracinha do Livramento loja de Antonio da Silva Gusmão, na esquina do beco da Cõgregação.

☞ Uma Barcaça nova, bem construida com todos os pertences, que pega em dez a doze caixas de assucar, por um conto de reis em prata com o competente cambio, ou por boa moeda de cobre : na rua do Queimado D. 2.

☞ 2 jaqués para Municipal, sendo um novo de pano superior : na rua do Mundo novo D. 11.

☞ Um berço de condurú por preço commodo : na rua Direita segundo andar de um sobrado que tem a varanda do primeiro andar cahida.

☞ Dois violoens de muito boas vozes : na rua do Crespo D. 6, 1.º andar.

☞ Livros Portuguezes, Latinos, Francezes, de Bellas Letras, e Direito, &c. : na rua da Ribeira no sobrado do Marroquim 1.º andar.

☞ As Leis deste Imperio do Brasil, por preço commodo : na botica da praça da Boa-vista de Ignacio Joze de Couto.

Compras

Dinheiro chanchan que não corra : na loja de couros da rua das Cruzes D. 2, e na dita do atterro da Boa-vista lado esquerdo, e na rua do Livramento na venda de Francisco Vicente Vallim defronte do consistorio do Livramento.

Alluguers

Alluga-se a casa da rua do Nogueira D. 1, com bastantes commodos para qualquer familia : na rua da Cruz do Recife D. 26 a fallar com Jozé Gonçalves Ferreira Roza.

☞ Alluga-se uma casa-terrea, com seos quartos, cosinha fora, quintal murado, e cacimba, com um grande terreno, até a maré da Cabanga, no atterro dos Afogados D. 33, pelo preço de sete mil reis por mez : na mesma.

Perdas

NO dia 9 do corrente, desapareceo um mulatinho por nome Mariano de idade de trez para quatro annos, e é alguma cousa escuro, levou vestido camisa fina de madapolão, o qual tendo sahido com uma preta perdeu-se na rua do Rangel em quanto a mesma preta entrou em um assougue, e se pede a qualquer pessoa que o tenha em sua casa ou delle souber, de avizar ou levalo defronte da Cadeia D. 7 a quem se gratificará seu trabalho.

Furto

NO dia 7 do corrente furtarão da casa da rua da Cadeia do Recife n. 48 do 2.º andar um par de oasticais de gomos com um par de flores pertencentes aos mesmos tudo de boa prata : roga-se a quem for offerecido os tome que será gratificado, levando-os a dita casa, ou a loja da mesma rua da Cadeia n. 17, assim como quem os tirou se os quizer restituir promete-se não uzar com elle o rigor das Leis.

Avizos particulares

O abaixo assignado faz sciente que não tem negocio algum com Antonio Manoel de Oliveira Arouca e tambem aviza ao mesmo que trate quantos antes de vir pagar os allugueis do sobrado da rua do Queimado em que morou pois o fiador que trouxe a chave não está obrigado a pagar o tal alluguel e como não tem negocio algum para se descontar por isso faz o presente anuncio.

Antonio Joaquim Ferreira.

☞ Uma senhora de idade propoem-se a criar por preço commodo um menino, para o que dá fiador de sua conducta : na rua Direita D. 7.

☞ Na rua de S. Joze lado direito D. 1 marca-se com perfeição cada letra a 10 reis, e com presteza.

☞ Perciza-se de um rapaz Portuguez de 12 a 16 annos para caxeiro de uma venda fora da Praça : na rua da Guia n. 40.

☞ Q^m tiver e quizer allugar uma canoa de carreira armada, com todos seos utensilios, ou sem elles, por preço que lhe faça conta, e dando-se fiador ; dirija-se ao pateo da Santa Cruz sobrado de dois andares que fica confronte ao oitão da Igreja, que se dirá quem a pertende.

Escrapos fugidos

Carolina, criôla, refeita do corpo, altura regular, 16 annos ; levou vestido novo de chila azul de xadrés, e um velho de chilla encarnada, pano da Costa velho, umas argolas de pedras nas orelhas, e anda com um balaio para disfarce : ao porto das canoas caza nova do Mesquita.

☞ Ignacio boa estatura, cheio do corpo, pés meios tortos, cara redonda, naris chato, e bem preto ; fugido no dia 4 do corrente, com camisa e sirôla : á rua do Livramento loja de couros D. 9.

☞ Joana, nação rebolo, 20 annos, estatura ordinaria, seca do corpo, tem no pé esquerdo 2 feridas e cima dos dois tornozellos, com marcas de mais feridas pelo corpo ; fugida no dia 8 do corrente, com vestido de riscado azul : á rua nova ao pé da ponte da Boa-vista armazem que tem louça.

NOTÍCIAS MARÍTIMAS

Navios sahidos no dia 7.

LISBOA ; B. Portuguez *Constante*, Cap. Sabino Antonio da Silva e Almeida : varios generos do paiz.

HAVRE ; B. Francez *Fort*, Cap. Havre Celly : varios generos do paiz : Passageiro 1.

HAVANA ; B. Amr. *Roudek*, Cap. Aurelino Hatak, : lastro.

LIVERPOOL ; B. Ing. *Melby*, Cap. Willian : assucar, e algodão.

RIO FORMOZO ; S. Spto. Antonio *Ligeiro*, M. Joze de Deos Monteiro : lastro.

Dia 8.

PHILADELPHIA ; B. Amr. *Globe*, Cap. James Devireux : assucar.

OBSERVAÇÃO

Bordeja no Lameirão um Pataxo Americano vindo de New-York.

PARTE ACCUSATORIA.

O Capitão de Artilharia Joze Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa achando-se no interino Commando da Fortaleza do Brum foi-lhe ordenado pelo officio copia (A) fornecesse diariamente trez soldados da Guarnição da Fortaleza para o Quartel do Hospicio.

Respondeu o que consta dos officios por copia (F) e (G) persuadindo mostrar a incoherencia da ordem, que havia recebido. Foi-lhe novamente ordenado o que se vê da copia (B), e este officio foi respondido no sentido tambem do officio (H) no qual faltando o respeito que me devia guardar, uzou de proposições, e termos improprios de hum subdito para seu superior. Querendo ainda uzar de prudencia ordenei a resposta copia (D) depois de por ordem do dia lhe ter determinado o que consta da copia (C). Este officio produziu finalmente a resposta (I) que em toda ella resumbra o espirito de insubordinação de que se acha possuido este Capitão, e achando-se por tal motivo incursos não só no Artigo 1.º dos de Guerra, e 1.º do Cap. 23 do Regulamento de 1766, mas ainda no § 7.º do Alvará de 7 de Maio de 1710, e não convindo a pena da DisCIPLINA, que fique impune semelhante modo de proceder, contrario inteiramente ao disposto nas Leis Militares, tenho resolvido que entre em Conselho de Guerra para nelle responder pela sua conducta, e para isso nomeio

Presidente :

O Sr. Coronel Gaspar de Menezes Vasconcellos de Durmmon

Auditor

O Sr. Juiz de Direito Joaquim Alves de Almeida Freitas (1)

Relatores

O Sr. Senhores Os Senhores

Major Joze da Costa Rebello Rego. Francisco Joze de Mello. (2)

(1) Foi substituido pelo Sr. Doutor Antonio de Araújo Pereira Jacobina.

(2) Foi dado por suspeito pelo accusado.

Capitão Antonio de Deos Costa. (3)

João Francisco de Mello. (4)

Antonio Manoel de Moraes de Misquita Pimententel. (5)

Quartel do Commando das Armas de Pernambuco 15 de Novembro de 1833.

(Assignado) Joaquim Joze da Silva Santiago, Commandante das Armas.

ANALISE FEITA A PARTE ACCUSATORIA.

Quæ cum sunt gravia, Judices, tum illud acerbissimum est, quod habet eos accusatoris, non qui odio inimicitiarum ad decusandum, sed qui studio accusandi ad inimicitias descenderent.

CIC. PRO. L. MURENA.

COMO Capitão de Artilharia da 1.ª Linha, e Commandante interino da Fortaleza do Brum, e por excessivo Zello do Serviço, injustamente fui mandado pelo ex Commandante das Armas responder á este Conselho de Guerra, Illustrissimos Senhores, á pretexto de insubordinação, que não existe; e para que possa este Conselho estar ao facto das circumstancias, que ocorrerão, passo circumstanciadamente lá expender ás Ordens, que me forão dirigidas, e ás representações, que as mesmas Ordens me derão lugar á fazer, e que são taxadas de insubordinação.

Dissolvida a Tropa de 1.ª e 2.ª Linha nesta Provincia, conforme as Imperiaes Ordens, ficarão as Fortalezas desamparadas, em consequencia do que vio-se o Presidente da Provincia nas circumstancias de fazer hum Engajamento de homens para o serviço das mesmas, prescrevendo-lhes as obrigações, a que ficarião ligados, que todas redundarão em fazerem o serviço somente

(3) Marchou para o Acampamento.

(4) Foi dado por suspeito por o accusado por ser o autor do requerimento para se lhe tirar o Infrat, e andar brotando contra o accusado.

(5) Foi igualmente dado por suspeito pelo accusado.

dentro dellas; e calculando o numero de homens necessarios para cada huma, coube a Fortalesa do meo interino Commando 58 soldados, alem dos Inferiores, que se fazião indispensaveis; e destes para o seo cõpleto faltavão 3. Acontece, que mesmo por falta de soldados fossem tirados 8, e a esse mesmo tempo, isto he, quando estes ainda se não haviam recolhido, me ordenasse o ex Commandante das Armas; que, dos que se achavão na Fortalesa, houvesse de mandar todos os dias huma guarda de 3 Soldados para o Quartel do Hospicio; e como quer que não fosse compativel com o estado da Fortalesa o dispensar diariamente mais 3 Soldados, pelo grande atropelo de serviço, mormente a vista do 2., e 3. Art. do contracto feito entre elles, e o Exm. Presidente da Provincia, acoberto com o § 1. do Cap. 23 do Regulamento, representei em termos comedidos, como se vê dos meos officios de 4 e 5 a impossibilidade absoluta, que occorria na execução d'essa Ordem; e bem se vê, que, representar a impossibilidade absoluta, que ocorre no cumprimento de qualquer ordem, não he, e nem já mais poderia ser considerado crime, sem q' o mesmo Regulamento concorresse para a sua perpetração. Entre tanto que nesse passo nada mais fiz, do que representar essa impossibilidade, não obstante de novo mandou o ex Commandante das Armas, que, sem embargo da minha objecção, cumprisse a ordem, que me havia dado a respeito dos 3 homens para o Hospicio, como se vê do Officio do Ajudante de Ordens dactado de 5, o qual alem de expor-me a ser desobedecido por aquelles, q' francamente me podião diser — não vamos por que não queremos, e nem a isso nos podem obrigar; — contem huma reprehensão filha ou da arbitrariedade, ou da ignorancia da Lei. Apesar destas razões cumprí mandando da Guarnição os 3 referidos Soldados da 1. Linha para não me expor no risco de ser desobedecido com detrimento do serviço, visto que era obrigado a diminuir-o na ordem da Fortalesa, e atropelar ainda mais a Guarnição, como succedeo entrando logo de 48 horas o Soldado de 1. Linha Pedro do Rego. Mas por hũa tal reprehensão tão injusta, como despotica, revestido então daquella franquesa propria de hum Official livre, fiz ver ao ex Commandante das Armas pelo meo Officio ao Ajudante de Ordens dactado de 6 a sua in-

justiça, apartando-se inteiramente d'aquelle tão saudavel principio, que constitue o Art. ultimo dos de Guerra. E por esta occasião fundado na mesma Lei, isto he, no § 1. do Cap. 23 do Regulamento, e no § 1. do Art. 179 da Constituição do Imperio, representei ainda contra a injusta ordem do Dia 5, que nada menos fez, do que tirar-me o unico Inferior capaz, e encarregado da escripturação dos Engajados, aquella q' por ordem do Presidente havia sido encarregada ao Commando da Praça, ou das Armas; mas que para se este desonerar me foi encarregada, como se fosse inherente ao Commando da Fortalesa, huma vez, que se me tirava o Inferior, e sem duvida por acinte a vista de minha representação, que era a favor das condições, ou ordens do Presidente, então o Cidadão Manoel Zeferino dos Santos, espinha de garganta do ex Commandante das Armas, como he notorio; mas que, á estar elle na Presidencia, de certo o não faria, como o não fez, quando quiz derogar a 7. condição do Engajamento, que só por Officio do mesmo de 20 de Setembro a derogou.

Em resposta a tudo isto tive o Officio dactado de 6, que todo falto de justiça, e de razão argui-me. Em primeiro lugar, que o meo Officio de 6 era todo cheio de insubordinação; o que ninguem dirá sem maligna intenção, ou completa ignorancia.

Em segundo lugar, passou-se á arrasar sem o cabedal para isso, allegando-se a Suprema Lei da necessidade; que eu fiz ver, que era contraproducente por existir ainda a da Fortalesa; e que em tal caso não cõpetia ao ex Commandante das Armas perante o Vice Presidente, remediar essa necessidade, sem passar por desobediente. Em terceiro lugar, avançou-se a desparatada proposição, q' não me pertencia garantir condição alguma; quando em desempenho do lugar, em que me achava, como o responsavel por elle, sò fiz representar. Em quarto lugar, allegou-se por conjectura a sugestão do Art. 1. dos de Guerra, que me vedava faser observações aos meos superiores; e com esta miseravel lembrança de appellar-se observações á aquillo, que foi justamente representação; julgou-se puerilmente faser-se-me ver o meo imaginado crime.

Em quinto lugar, inverteo-se contra mim a Lei a pouco ignorada, e infringida; e concluiu-se com a citação de outra falsa, como em lugar competente farei ver. Em

sexto lugar finalmente: ordenou-se-me, q' cumprisse tanto a ordem a respeito dos Soldados (apesar de já ter participado a sua execução no mesmo Officio de 6) como a respeito do Sargento, fazendo-se-me responsável perante hum Conselho de Guerra (o que igualmente foi executado, e participado, não só como se vê no Officio de 7, como nas Partes Diarias da Fortalesa,) e foi depois disto, que o ex Commandante das Armas considerou-se ainda desobedecido por força sem duvida de malignas insuflações, que o persuadião; e ordenou, q' respondesse eu a hum Conselho de Guerra, arguindo-me a incursão do Art. 1. dos de Guerra, 1. do Cap. 23 do Regulamento de 1763; e do § 7. do Alvará de 7 de Maio de 1710!!! E dirá alguém que tal homem tinha a cabeça em si?!!! De certo que não. Mas como o ex Commandante das Armas não se attrevesse em sua parte á accusar-me de não ter mandado de facto os 3 Soldados, e o Sargento logo depois das respectivas representações, talvez por ser hum facto publico, não só constante dos meus mesmos Officios, como das partes Diarias da Fortalesa; e tanto, que, nessa mesma Parte vê-se, que elle só se refere mui vagamente aos dous Officios, sem nada citar de positivo, se não apenas as incursões referidas; temos por tanto a refutar de Direito, e não de facto. E como essas Leis, Senhores, de que lançou mão para faser-me responder a Conselho de Guerra, não possam ser applicaveis a questão vestente; e tão to que a sua disposição não me comprehende, permitta-se-me, que revestido de todo o direito, que milita á meu favor, tomando por these essa futil Parte accusatoria, e as mesmas Leis citadas, faça huma refutação completa, e analitica á cada huma dellas.

Mas cumpre ainda, antes que entremos na referida analyse, responder em primeiro lugar a huma objecção, que vem em face do Officio de 5, com que se pertende encobrir a sua malignidade, ou ignorancia; q' he a difficil conferencia dos mappas pela notavel differença dos parciaes a respeito do da força da Fortalesa assignado por mim, quando esse erro he só proveniente de se ter persistido na tenuidade de se dirigir ao Commandante da Companhia da 1. Linha ordens, que não são de mera economia, e jurisdição interior da mesma, como a de se expedirem Soldados em serviço fora da Fortalesa; por que dando o mappa da

referida Companhia quase sempre em serviço 8 a 10 Soldados, apenas 4 á 5 são os que entram na escala do serviço da Fortalesa; entre tanto que os mais não sendo incluídos, deveria necessariamente apparecer esta notavel differença, sem q' no mappa da Fortalesa apparecesse a devida nota, ou huma casa para esse fim; por que não me sendo dirigidas semelhantes ordens, era suggerir-me a indaga-las todos os dias, de quem as devia receber de mim, para por ellas faser as competentes notas; cuja pratica he para mais convicção, de que taes ordens só me devião ser dirigidas como Commandante da Fortalesa. Em segundo lugar cumpre diser, que se cada hum tivesse mais cuidado em suas obrigações, não seria ignorado por quem devia saber, qual a força, que guarnecia diariamente a Fortalesa, por que muitas foram as partes em que fallei a tal respeito; mas era este hum incommodo de procurar papeis atrasados. E quando no Officio de 5 eu trato do numero dos Soldados de guarda, e dos que entram de Piquete, tendo apenas 17 promptos; e como em resposta á este Officio se diz ignorar isto? He preciso confessar, Illustrissimos Senhores, que, ou a paixão facinava tudo, ou então tudo era ignorancia. Passemos á Parte accusatoria.

Principia esta logo por empregar tern os cujas ideas não favorecem as minhas razões; pois que nos dous primeiros Officios vê-se a toda luz, que eu não trato de mostrar a incoherencia da Ordem como maligna, ou ignorantemente diz a mesma Parte; porem sim a impossibilidade de a executar sem que arriscasse a segurança da Fortalesa.

E concede-se mesmo que fosse por ignorancia da significação propria do termo incoherencia, que differe muito daquella do termo impossibilidade; mas então em hũa cousa de tanto momento, como he hũa accusação de huma Authoridade, que pode decidir da honra, e do credito de hum Official, consultasse não á pessoas incapazes de se guiarem por si, mas á quem não estivesse facinado, e de capacidade.

Passemos ainda na mesma Parte accusatoria ás palavras —no qual faltando ao respeito, que me devia guardar, usou de proposições, e termos improprios &c. Isto de certo he o mais desairoso possível ao ex Commandante das Armas; por que confirma, que, ou não sendo guiado por si, não via q

que assignava, ou que se tinha decidido apaixonadamente contra mim; por que á vista do seo Officio de 6, e pedindo-se ao mesmo ex Commandante das Armas o que entendia elle por proposições, e termos improprios, de certo que elle mesmo não diria, (quanto mais outro) que eu no sobre dito Officio tivesse usado ou destes, ou daquellas.

Passemos ao motivo unico, e saliente da Parte accusatoria, pelo qual me arguiu logo o ex Commandante das Armas a incursão das tres referidas citações: diz esta, q' no meo Officio dactado de 7 ressumbra o espirito de insubordinação, de que me achava possuido. Só por estar o ex Commandante das Armas muito prevenido, e apaixonado contra mim; e por ignorar cō o seo Ajudante de Ordens raciocinios licitamente vigorosos, á que derão motivos os disparates do Officio respostado, he que achou em sua fantasia, que em mim ressumbrava o espirito de insubordinação pelo mesmo officio, por que eu com mais desenvolvimento da materia só fiz sustentar ás minhas razões, que em lugar de convencerem ao ex Commandante das Armas do seo genio muito propenso ao despotismo, mais o alucinava; do que não se me podia tornar culpa: por que obedecido de facto o ex Commandante das Armas, e tanto que não se animou accusar-me ninguém dirá, que tal Officio fora do vigor, que he licito, cōtém insubordinação.

Por ultimo diz o ex Commandante das Armas—tenho resolvido, que entre em Cōselho de Guerra.... Esta he, Illustrissimos Senhores, a unica exactidão, que escapou-lhe em sua Parte accusatoria; por que não he em verdade por ter eu infringido a Lei, que respondo á este Cōselho de Guerra; he sim por mera paixão do ex Commandante das Armas: do que já a muito eu estava convencido.

Entremos, Senhores, na analyse da incursão dos Artigos. He o Art. 1. dos de Guerra em que, em primeiro lugar considerou-me o ex Commandante das Armas comprehendido: vejamos pois a letra desse Artigo. — Aquelle que recusar por palavras, ou discursos obedecer ás Ordens de seus Superiores concernentes ao serviço, será condemnado &c. — Este Artigo mostra a toda a lús, que para haver lugar a perpetração deste crime he necessario, que ás Ordens sejam vocal, e immediatamente dadas; pois só

assim ellas poderião ser recusadas por palavras, ou discursos; o que ainda mais claro está na segunda parte do mesmo Artigo. — Porém se se-lhe opposer servindo-se de qual quer arma, ou ameaça, será arcabusado. Bem se vê que não he possivel servir-se de armas, ou ameaças sem que esteja presente; logo são ordens vocaes, e immediatamente dadas: e tanto não he outro o seu sentido, que ao contrario elle iria de encontro ao § 1. do Cap. 23 do mesmo Regulamento, nestas palavras — Quando hum General, ou Official inferior der alguma ordem a outro General, ou Official, que lhe for subordinado, e a este, que a recebe, parecer que a tal ordem he contraria as reaes intenções poderá (se o tempo lhe permitir) representar pelo modo o mais submisso e decente as razões, por que lhe parecem contrarias....:— além disto aqui ainda cumpre notar, que o citado Artigo 1. dos de Guerra diz— aquelle que recusar por palavras, ou discursos obedecer — eu não desobedecei, representei a impossibilidade do cumprimento da ordem, como me permitia o referido Cap. 23 do Regulamento; e já neste caso não me pode ser applicavel o citado 1. Artigo dos de Guerra; por que hũa cousa he recusar, e desobedecer por palavras, ou discursos, e outra cousa he representar oficialmente, como fis em desempenho do lugar, em que estava.

Passemos, Senhores, a analyse do modo, com que se me quis applicar a infracção do § 1. do Cap. 23 do mesmo Regulamento. Tenho mostrado que esta Lei foi, a que me authorisou á representar, em razão do que já mais se me podia dar em culpa hum facto, que a mesma Lei mandou praticar.

Antes vê-se, que o ex Commandante das Armas tornou-se o infractor desta Lei, quando pelo Officio do Ajudante de Ordens de 5 me reprehendeo por não ter cumprido para então representar.

Mas como a Lei diz —poderá representar pelo modo mais submisso, e decente, — e o ultimo Officio tenha o vigor, que he licito, talvez fosse nisto, que o ex Commandante das Armas me julgasse incurso.

Conceda-se por hum pouco; eu mostrarei, que ainda assim não estou incurso. Por que não contendo o dito Officio termos indecentes, nelle só fis sustentar segunda vez a força das justissimas razões de minha representação; contra as futilidades, e pueris ameaças de huma deliberada tenacidade de

assim o quero, assim o mando, com que o Ajudante de Ordens da parte do ex Commandante das Armas respondendo ao meo Officio de 6 taxado de insubordinado, me pões no rigoroso dever de destruir primeiro esta gratuita presumpção; caso não podesse comprehender o ex Commandante das Armas, que a condição do Militar Cidadão, não he aquella do Militar Vassalo, ou escravo, que he huma, e a mesma cousa: por que com quanto venha essa recomendação de submissão, ou humilhação, que são significações idênticas; todavia ella pode ser obedecida sem esse servilismo d'esses tempos de ferro, que alienavão o Militar da Dignidade de Cidadão; e tanto que faz hoje hum principio de Direito positivo do nosso Codigo Criminal, quando no § 4. do Art. 9. Cap. 1. diz —que não he criminoso, o que censurar os actos do Governo, e da Publica Administração, posto que em termos vigorosos, decentes, e comedidos.

Pois se assim he admissivel censurando; tambem o pode ser representando. Embora, Illustrissimos Senhores, o mesmo Codigo diga, que os crimes puramente Militares, serão julgados na forma das Leis respectivas. Isto só manifesta, que taes Leis ficão provisoriamente em vigor; mas não essa circumstancia, que não lhe sendo essencial, sugêita os Militares á aquella obediencia que os invilece: e nem de outra maneira a Lei seria igual para todos; e o Militar não seria Cidadão, contra o Art. 1. tit. I da Constituição.

Quanto mais, que naquella mesma Lei, não passando esta circumstancia de huma recomendação, que infringida (em termos habeis) naquelles mesmos tempos, não sofferia o seu infractor mais do que huma prisão de correção, e nunca hum Conselho de Guerra. Por tanto, já tenho mostrado a nullidade da segunda accusação.

A terceira, e ultima he a incursão do § 7. do Alvará de 7 de Maio de 1710. Ex outra exuberante prova da paixão, q' dominava o ex Commandante das Armas a meo respeito, e só assim poderia elle arguir-me de crimes, q' existiram em sua imaginação.

Accusou-me incursão em huma Lei falsa, isto he, em huma Lei, que já não existe: por onde se vê igualmente, que o ex Commandante das Armas não entendeu a Legislação nesta parte. Eu o vou provar, Senhores. Pelo Alvará de 20 de Fevereiro de

1708 foi dado as Tropas de Portugal hum Regulamento, que augmentado ao depois com alguns Capitulos do Alvará de 7 de Maio de 1710, continha ao todo 240 Capitulos, ao que chamou se Regimento Militar, ou Novas Ordenanças Militares. Seguiu-se o Alvará de 18 de Fevereiro de 1763, que sancionou o Regulamento do Marechal Conde de Lipi, que com outras Leis, e o Regulamento de 21 de Fevereiro de 1816, derogou a maior parte d'esses Capitulos das sobre-ditas Novas Ordenanças, ficando em vigor apenas os 23 Artigos, que vem nas Instruções do Marechal Sampaio, dos quaes só os 4 ultimos, que são os §§ 18, 25, 29, e 38, são as Leis pertencentes ao citado Alvará de 7 de Maio de 1710; e que sendo de huma materia muito differente não comprehendem a questão, e nem existe o tal § 7. Logo, citou o ex Commandante das Armas huma Lei falsa, isto he, que já não existe. Suponha-se ainda, que o ex Commandante das Armas enganou-se, querendo citar o Art. 7. das Novas Ordenanças do Alvará de 20 de Fevereiro de 1708; não he admissivel; por que além de se referir ao Soldado, he igualmente de huma materia mui diversa, e vejamos — Quando os Soldados estiverem com as espadas na mão para brigar, e algum Official lhes disser que se apartem, immediatamente serão obrigados a obedecer-lhe, sob pena de Polé. Eis a sua literal disposição, pela qual me pareceo ser accusado no ultimo Officio, que se me dirigio: eis tambem por que no meo ultimo respondi, que, bem longe de ter a espada na mão, unicamente tinha a pena, com que dirigia as minhas justas representações. Por que em verdade, não tendo eu tomado a espada para brigar com outro meo companheiro, parece hum disparate sem par ameaçar-se-me com o supra-citado Art. 7. das Novas Ordenanças.

Tenho mostrado a nullidade, em que assenta a Ordem, que determinou o Conselho; seja-me ainda licito mostrar, que o ex Commandante das Armas foi, quem se deslousou dos principios de justiça, razão, prudência, e candura, á que o tem ligado o Art. ultimo dos de Guerra. Em primeiro lugar deveria ter em vistas, que cõstando a Guarnição da Fortalesa de homens puramente paisanos assalariados pelo Presidente da Provincia para faserem hum serviço certo, e estipulado por hum contracto, nenhuma

jurisdição tinha o ex Commandante das Armas para determinar delles a maneira de Soldados de Tropa de Linha; por que ainda mesmo o meo Commando a respeito delles, era tão restricto, que no momento de os querer applicar á outro serviço além daquelle, para que forão destinados, eu me arriscaria á ser desobedecido, como já o havia sido huma vez no tempo do Commandante da Praça o Coronel Francisco Jacintho Pereira; devia pois o ex Commandante das Armas ter isto em muita consideração, a fim de não expor a dignidade, e respeito de hum Official a ludibrios, e dessa inconsideração promover a insubordinação, ou quando menos a falta de respeito daquelles homens para commigo que os Commandava dentro da Praça da Fortalesa. Se o ex Commandante das Armas em lugar de reincidir em requisições temerarias, e ameaças pueris, fizesse o que lhe cumpria, isto he de, logo que lhe representei a falta de Soldados, examinasse os mappas, não só elle teria obrado com razão, prudencia, e justiça, como athe não desceria de sua dignidade para arguir-me de hum crime, que além de falso, elle foi quem o cometeo: sim, por que reconhecendo elle pelos mappas, que na Fortalesa não haviam homens de reserva, e apesar disto violentar-me á da-los, nada menos queria, que comprometer-me pela falta de segurança necessaria a Fortalesa; e quando nella haviam muitos presos de consideração, e outros muitos objectos de responsabilidade, assim como pela falta do Inferior encarregado da escripturação me poz em grande tortura e vexame, o que acabava de reconhecer em consequencia de huma minha representação, documento 1.

Em Direito Natural a tanto me não podia obrigar a sua authoridade, e nem os Artigos de Guerra: e a não ser isto de summa Justiça, então seria elle ex Commandante das Armas muito criminoso por não ter em oito meses tirado vantagem alguma contra os Cabanos. Finalmente, Senhores, elle foi ainda, quem cometteo o crime de reprehender-me por ter eu praticado o que a Lei me permittia o direito de representar; por ir de encontro as ordens do Exm. Presidente, que eu citei em meo favor: embora o Exm. Vice Presidente, que então tinha as redeas do Governo, não tomasse em consideração essa desobediencia, depois de a saber bocalmente por mim, que

vendo a sua froxidão, tinha entre mãos hũa accusação contra o ex Commandante das Armas para lhe dirigir, quando recebi a ordem para a entrega da Fortalesa, que não me sendo possivel executar ao mesmo tempo huma, e outra cousa, desistí, e por haver de retirar-se o ex Commandante das Armas: Em conclusão por me ter mandado ontras ordens illegaes a respeito do Commando da Fortalesa, as quaes tenho publicado no Diario de Pernambuco.

Finalmente, Illustrissimos Senhores, mais ainda tinha á diser á respeito dessa infundada accusação; por que essa authoridade atormentada talvez da demissão do Commando, em que se achava, e dos remorsos de outros, quando não piores, iguaes procedimentos, quis terminar esse Commando, não tendo as necessarias luses, e fortidão para encobrir a sua fraquesa; mas eu não curo de seus factos desvairados, se não em quanto convem a minha justiça; e mais generoso, e sobranceiro, deixo que o Publico sensato nos faça a devida justiça.

Parece-me ter exuberantemente convencido, que, não incorri na inculcada insubordinação; que não me excedi, como Official, e Official, que por timbre tem desempenhado os deveres, que lhe impoem as Leis; que fui exacto, e coherente com os deveres militares; e prehenchi, como me cumpria, aquelles, á que como Commandante da Fortalesa do Brum, a da segurança desta Cidade, tinha contrahido: resta pois, Senhores, que imparciaes, como sois, me julgueis tomando em consideração, que se me deve restituir meo credito militar, gloria de meos serviços, meos soldos, e vencimentos; e deixar-se-me direito salvo para as reparações de Direito. Recife 7 de Janeiro de 1834.

Joze Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa.

SENTENÇA.

Illm. e Exm. Snr.

Diz Joze Maria Ildefonso, Capitão de Artilhera da 1. Linha, que a bem de seu direito precisa, que V. Exc. mande, que pela classe se lhe passe por certidão o theor da sentença do Conselho de Guerra, a que o Supplicante acabou de responder, e a confirmação do Conselho de Justiça.— P. a V. Exc. seja servido de assim o mandar.

E. R. M.

Despacho. Passe do que constar. Quartel do Commando das Armas de Pernambuco 30 de Janeiro de 1834. *Coelho.*

Em cumprimento ao Despacho Supra do Excellentissimo Senhor Commandante das Armas desta Provincia, Certifico que revendo o Processo do Conselho de Guerra a que respondeu o Supplicante, nelle se axa exarada as Sentenças do theor seguinte. — Sentença. Nesta mesma Sessão sendo vistos estes Autos nesta Cidade do Recife de Pernambuco, na Salla dos Conselhos de Guerra, o Auto do Corpo de Delicto, parte accusatoria, testemunhas produsidas pelo accusado, e interrogatorios feitos ao accusado, o Capitão Joze Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, decidio-se unanimemente, que o presente Conselho de Guerra era improcedente pela deficiencia da formação de culpa necessaria pelo Art. 155 e § 3. do Codigo do Processo Criminal—Compete aos Conselhos de Investigaçãõ formar culpa nos crimes de responsabilidade dos Empregados Militares, —e mesmo que essa falta fosse supriavel, mostrándose pela defeza do accusado que elle provára a sua defeza, e não estando provada a accusação, que se lhe fizera, absolvem os do Conselho o Réo o Capitão Joze Maria

Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, do crime, que se lhe imputára, e o restituem ao gozo de todos os seus direitos Civis, e Militares, como se lhe não fizéra essa accusação — Salla das Sessões dos Conselhos de Guerra em oito de Janeiro de mil oito centos trinta e quatro. Antonio de Araujo Ferreira Jacobina, Auditor. Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drumond, Coronel, e Presidente. Manoel de Azevedo do Nascimento, Tenente Coronel Vogal, e Interrogante. Manoel Joze Martins, Tenente Coronel Vogal. Joze da Costa Rebello Rego Monteiro, Major Vogal. Ceza-rio Mariano de Albuquerque Cavalcanti, Capitão Vogal. Joaquim Leocadio de Oliveira Guimarães, Capitão Vogal —Confirmão— Recife em Sessão de Junta de Justiça de vinte e quatro de Janeiro de mil oito centos trinta e quatro. Paes de Andrade, Belmont, Libanio de Souza, Ramos, Pato Torrezão, Pessoa, Chaby. *E nada mais continha em as referidas Sentenças, das quaes fis extrahir a prezente Certidão, que vai por mim somente assignada.* Quartel no Recife 31 de Janeiro de 1834.

Manoel de Azevedo do Nascimento,

Tenente Coronel Cõmandante da 4. Clace.

Tenente Coronel Comandante da 4. Classe.
Manoel de Azevedo do Nascimento.

no Recile 31 de Janeiro de 1834. Quartel
que se extrahir a presente Certidão, que
continha em as referidas Sentenças, das
Torres, Pessoa, Chaby. E nada mais
Belmont, Libanio de Souza, Ramos, Fato
to centos trinta e quatro. Pais de Andrade,
tica de vinte e quatro de Janeiro de mil oit-
frão—Recile em Sessão de Junta de Jus-
livera Guimarães, Capitão Vogal—Con-
Capitão Vogal. Joaquim Leocadio de O-
rio Mariano de Albuquerque Cavalcanli,
bello Rego Monteiro, Major Vogal. Cezar-
rente Coronel Vogal. Jaze da Costa Re-
Interrogante. Manoel Jaze Martins, Te-
Nascimento, Tenente Coronel Vogal, e
nel, e Presidente. Manoel de Azevedo do
Menezes Vasconcellos de Dinmond, Coro-
Ferreira Jacobina, Auditor. Gaspar de
Antonio de Araujo. Antonio de Araujo
Gente em oito de Janeiro de mil oito cen-
ção—Salla das Sessões dos Conselhos de
lizes, como se lhe não fixar essa accusa-
gozo de todos os seus direitos Civis, e Mi-
me, que se lhe impeller, e o restitua ao
libeloso Jacome da Veiga Pessoa, do cri-

do Conselho o Hão o Capitão Jaze Maria
accusação, que se lhe fixar, absolva os
ta a sua defesa, e não estando provada a
se pela defesa do accusado, que elle prová-
mo que essa falta fosse supple, mostrando-
lidade dos Empregados Militares, —e mes-
cã o formar culpa nos crimes de responsabi-
nal—Compete aos Conselhos de Investiga-
155 e § 3. do Código do Processo Crimi-
da formação de culpa necessaria pelo Art.
Gente era impropriedade pela deligencia
mente, que o presente Conselho de
como de Veiga Pessoa, deicio-se unani-
sado. o Capitão Jaze Maria libeloso Ja-
accusado, e interrogado e lido ao accu-
te accusação, testamunhas produzidas pelo
Gente, o Auto do Codigo de Delicto, par-
de Penamundo, na Salla dos Conselhos de
isto: este Auto nesta Cidade do Recife
—então. Nesta mesma Sessão sendo
vezada as Sentenças do Juri seguinte.
que responder o supplicante, nelle se aza
vado o processo no Conselho de Guerra a
Antes desta Província, Conselho que re-
Fiscalissimo. Sessão Comandante das
com o presente ao Despacho supra do